



Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas (FATECS)
Curso de Administração

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MÃES UNIVERSITÁRIAS DO DF

THE CHALLENGES FACED BY UNIVERSITY MOTHERS IN DF

Livya Maria Nunes dos Santos ¹

Erika Gagliardi ²

RESUMO

O presente estudo teve em seu foco principal a temática relacionada às mulheres de baixa renda, moradoras do Distrito Federal, e que são, mães e universitárias. A pesquisa transcorreu por caminhos que pudessem evidenciar a vivência dessa maternidade aliada à vida acadêmica, bem como, seus maiores desafios. E compreender ainda, se diante desse panorama, os fatores analisados influenciam na permanência universitária dessas estudantes. A pesquisa apresentada tem caráter qualitativo com característica descritiva. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas estruturadas, composta por doze itens elencados. Foram realizadas entrevistas com oito mães universitárias e/ou graduadas, ou graduandas, com idade entre 19 e 44 anos, e que têm de um a três filhos em seu círculo familiar. Os dados foram compilados e analisados a partir da base teórica e técnica da análise de Laurence Bardin; e a partir dessa análise foram subdivididos em três categorias temáticas, que são: Maternidade versus Vida Acadêmica, Dificuldades enfrentadas durante o período de graduação e Êxito, pausa ou abandono da graduação. Os resultados obtidos ao término da pesquisa rechaçam alguns questionamentos levantados no início da tese e confirmam outros relacionados à vivência da maternidade no contexto acadêmico; como por exemplo a dificuldade financeira das estudantes ser um impedimento para a conclusão do curso, ou se houve uma rede de apoio para essas estudantes durante o período letivo. Em suma, entende-se a real necessidade de debater acerca da realidade no ambiente universitário desse grupo específico; mãe e estudante. E propositar ações de políticas internas e públicas que de fato possam auxiliá-las.

Palavras-chave: [mães; filhos; universitárias; graduação]

ABSTRACT

The present study had in its main focus the theme related to low-income women, residents of the Federal District, and who are mothers and university students. The research followed paths that could highlight the experience of this motherhood allied to academic life, as well as its biggest challenges. And also to understand, if in the face of this scenario, the factors analyzed influence the university permanence of these

¹ Aluno(a) do curso de Administração. Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso. E-mail: livyanunys@sempreceub.com.

² Professor(a) orientador(a) do curso de Administração. Mestre em Administração. Centro Universitário de Brasília. E-mail: erika.gagliardi@ceub.edu.br.

students. The research presented has a qualitative character with a pure and descriptive characteristic. Data collection took place through structured interviews, consisting of twelve items listed. Interviews were conducted with eight university and/or graduate mothers, aged between 19 and 44 years, and who have one to three children in their family circle. Data were compiled and analyzed from the theoretical and technical basis of Laurence Bardin's analysis; and based on this analysis, they were subdivided into three thematic categories, which are: Maternity versus Academic Life, Difficulties faced during the graduation period and Success, pause or abandonment of graduation. The results obtained at the end of the research reject some questions raised at the beginning of the thesis, and confirm others related to the experience of motherhood in the academic context. In short, we understand the real need to debate the reality in the university environment of this specific group; mother and student. And propose internal and public policy actions that can actually help them.

Keywords: [mothers; sons; university students; University graduate]

1 INTRODUÇÃO

A atual sociedade nos impele a avaliar de forma mais humana e efetiva a situação acadêmica das universitárias que são mães e precisam conciliar os estudos com a maternidade. Entender que a responsabilidade das universidades vai além da mensalidade, gera uma sensação de comprometimento e equidade para com essas estudantes. A adoção dessas medidas estratégicas e antidiscriminatórias devem ser tomadas do início ao fim do período acadêmico para que haja êxito.

Com base no levantamento realizado em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal tem o maior percentual no país de pessoas que concluíram o nível superior: 27,8% da população, entre cursos de graduação e de pós-graduação. Ainda de acordo com os dados, em relação à análise referente ao gênero, as mulheres são maioria com nível superior: 28,7%, enquanto a taxa entre homens é de 26,6%. (IBGE, 2019)

Embora vivamos atualmente em uma sociedade moderna e atualizada, onde quase 30% dessa população acadêmica é composta por mulheres, há ainda algumas práticas que destoam dessa modernidade tão gritante. O que se percebe são poucos incentivos à continuidade dos estudos dessas mulheres, ainda mais quando são mães e universitárias.

Em maio deste ano, o jornal Correio Braziliense relatou o caso da estudante de veterinária Isadora Kelwen, de 26 anos. Na ocasião, a estudante disse ao portal de notícias que havia sido impedida pelo segurança de entrar no prédio da universidade UniGoiás, sob a justificativa de que normas internas da instituição proíbem a presença de crianças no local. No entanto, a estudante afirma que a faculdade nunca a avisou

oficialmente sobre as normas, e que a situação a qual foi submetida a fez se sentir constrangida e muito humilhada. (Correio Braziliense, 2022).

Em contrapartida, no Distrito Federal a Universidade de Brasília (UnB) adota políticas de apoio às mães universitárias. Para apoiar as/os estudantes com filhos pequenos, a UnB oferece o auxílio-creche³, que é uma bolsa no valor de R\$ 485,00 mensais. O benefício foi criado no segundo semestre de 2017, e é pago a estudantes com filhos de até 5 anos incompletos. Há também uma rede de apoio voluntária, criada pelos próprios alunos para auxiliar as estudantes durante as aulas. São vários alunos que se revezam nos cuidados das crianças enquanto as mães estudam. (TORRES, 2017).

O relatório (*Education at Glance, 2019*), apontou recentemente em uma de suas pesquisas, que mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, no entanto, menos chances de conseguir emprego. A pesquisa traça um panorama da educação nos 36 países-membros da OCDE e em outros dez países, incluindo o Brasil - e a edição atual foca sobretudo em educação superior. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE,2019).

O documento, destaca que a superioridade das brasileiras na educação superior é uma das maiores dentre os países estudados. Contudo, essa positividade não permeia as oportunidades relacionadas ao mercado de trabalho. De acordo com a análise, a empregabilidade de mulheres brasileiras de 25 a 34 anos com ensino superior é de 82% e cai para 63% entre mulheres com ensino técnico e para 45% entre mulheres sem essa capacitação. Entre homens brasileiros, esses índices são todos mais altos: a taxa de empregabilidade dos que têm ensino superior é de 89%; de 76% dos que têm ensino técnico e 76% dos que não têm nenhuma formação superior. (OCDE,2019).

Em meio às informações apresentadas e em colaboração ao cenário acadêmico, a presente pesquisa se justifica mediante a ausência de estudos nos sítios de busca relacionados ao problema de pesquisa observado, que se refere à quantas mães universitárias e de baixa renda tiveram êxito na conclusão do ensino no DF; validando assim, a pequena quantidade encontrada de literaturas pertinentes ao tema: mães universitárias, apenas quatro artigos referenciados pelo buscador SciELO

³ Auxílio-creche UnB trata-se de um programa de assistência estudantil que se propõe a colaborar com a permanência de estudantes que tenha filhos de até 5 anos, através de auxílio financeiro mensal

(Scientific Electronic Library Online). No âmbito gerencial o estudo poderá auxiliar os gestores na inclusão de políticas de apoio a essas mães universitárias e assim, implementar um diferencial ao seu negócio. E na perspectiva social, o tema explorado poderá trazer maior visibilidade aos problemas sociais expostos, bem como a falta de apoio e de políticas de incentivos a essas mães que buscam um futuro melhor através da educação.

O problema de pesquisa observado refere-se à investigação de: quantas mães universitárias e de baixa renda tiveram êxito na conclusão do ensino superior no DF? O estudo, vem seguido do objetivo geral que visa identificar o êxito universitário de mulheres de baixa renda que precisam conciliar a vida acadêmica com a maternidade, e de forma específica, verificar os maiores desafios enfrentados pelas mães universitárias durante o período acadêmico, analisar se houve uma rede de apoio à essas discentes para que pudessem ter um tempo de estudo adequado, e como hipótese levantada; avaliar se a falta de recursos financeiros foi um fator determinante para o afastamento ou abandono da vida acadêmica por parte dessas estudantes.

Para que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados, foi realizada uma pesquisa qualitativa, através de roteiro de entrevista estruturado e específico para o assunto. As entrevistas foram feitas pessoalmente com mulheres de baixa renda, mães, estudantes ou graduadas no ensino superior e moradoras do Distrito Federal.

O estudo presente está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois, o leitor será guiado ao referencial teórico, onde são apresentadas as bases históricas, normativas e empíricas que apararam as discussões a partir do problema de pesquisa proposto, dentre as quais estão: 2.1 Educação, um direito transcendental, 2.1.1 Inclusão e educação superior, 2.2 A relação de empregabilidade das mulheres e o ensino superior e 2.3 Os desafios enfrentados pelas mães universitárias. Em seguida se apresenta a seção três, demonstrando os procedimentos metodológicos utilizados para análise dos dados pesquisados, e a quarta seção, onde são apresentados os dados e os resultados das análises apresentadas. Por fim, a última seção que traz a conclusão do presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O momento atual vivenciado pela sociedade, mostra que cada vez mais as mulheres estão ocupando seu espaço de direito. Seja educativo, nas organizações e família. Porém, para que esse direito seja pleno é necessário que as políticas de inclusão, acesso e permanência à educação sejam garantidas e ampliadas.

2.1 Educação

No Brasil, cabe à União assegurar o direito nacional à educação. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), traz um capítulo especial que garante ao cidadão inúmeros direitos sociais, dentre estes, o direito à educação. E ainda, em complemento à composição pertinente a instrução superior, a Constituição assegura às universidades o princípio a indissociabilidade do tripé pedagógico formado pelo ensino, pesquisa e extensão e afirma que o dever do Estado é garantir a igualdade no acesso “segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).

O acesso à educação é obrigatório e gratuito, além disso, é considerado direito público subjetivo, conforme narram os artigos da Constituinte.

A Constituição Federal de 1988 prevê como dever do Estado o direito incondicional ao que diz respeito à educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988, art. 208)

RUTKOSKI, (2006, p. 365), menciona em sua obra que a educação democrática assume assim uma enorme dimensão, que não se restringe a programas educacionais fragmentados, mas alcança a formação de um homem capaz de pensar e transformar o próprio mundo em que vive. Requer uma sociedade democratizada, requer políticas públicas de valorização do processo educacional, do profissional da educação, da permanência do aluno na escola e da qualidade do ensino ministrado..

Na busca histórica, as primeiras universidades brasileiras começaram a surgir a partir do século XX, sendo que as precursoras a serem implantadas foram a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade de Brasília (UNB), fundada em 21 de abril de 1962. Antes, havia apenas faculdades, isoladas entre si, de Belas Artes, Direito, Medicina, e as Politécnicas (das Engenharias), todas criadas no século XIX, após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. (BARRETO, ARNALDO LYRIO E FILGUEIRAS, 2007).

2.1.1 Mulheres: Inclusão e educação superior

Compreender hoje a inclusão e inserção na educação superior, talvez não seja mais uma tarefa tão difícil, pois, o assunto tem sido tema de inúmeros debates dentro da sociedade. Entretanto, VEIGA-NETO; LOPES, (2007, p.948) ainda vê dificuldade na clareza das informações referentes ao tema. Os autores apontam que este conceito vai abarcar um conjunto de variadas questões que englobam aspectos sociais e

culturais, bem como por se tratar de um tema complexo no campo das políticas públicas no Brasil.

ROSEMBERG, (2002), sinaliza que a maior parte dos concluintes dos cursos superiores no contexto dessa expansão é do sexo feminino e se concentra em cursos feminizados, como é o caso das licenciaturas preparatórias ao magistério, e áreas relacionadas à saúde. Concordando assim, com a visão de BEZERRA (2010, p. 5), que diz que “[...] embora as mulheres agora tenham maior acesso à universidade, ainda são majorias em cursos que são historicamente tidos como femininos”. Infelizmente, essas distinções também permeiam as áreas profissionais, pois, a inserção das mulheres ainda é tímida em relação à predominância masculina.

Na percepção de PAULA; FERNÁNDEZ LAMARRA, (2011) as políticas públicas de inclusão devem ser afirmadas, intensificadas e expandidas a todos que se encontram em situação de vulnerabilidade, a fim de incluir os setores excluídos socialmente nas universidades, em especial as públicas. Além destas políticas, as próprias Instituições de Educação Superior (IES) devem propor alternativas e reformas que colaborem para a permanência e o sucesso dos estudantes excluídos socialmente e/ou historicamente marginalizados.

No campo da educação, o mundo científico, também não é isento de diferentes formas de opressões e preconceitos na construção humana, sejam raciais, de classe, nacionalidade, geração, gênero etc. (SILVA; RIBEIRO, 2014), pois “a ciência também é uma construção social e histórica, produto e efeito de relações de poder [...]” (SILVA, 2012, p. 55).

Quando se fala de inclusão, não apenas as mulheres se enquadram nesse processo de minorias. Essa realidade também se reflete nas instituições públicas e privadas, as quais têm contribuído como produtoras e reprodutoras de desigualdades raciais através da hierarquização do campo científico, tendo privilegiado os saberes e conhecimentos eurocêntricos. No que tange às organizações públicas, o reconhecimento dessas assimetrias, no âmbito institucional, culminou na promulgação da Lei nº 12.990/2014 que trata da reserva, aos negros, de 20% das vagas em cargos e empregos públicos da Administração Pública Federal (BRASIL, 2014).

De acordo com o estudo realizado pelo IBGE em 2019, as mulheres costumam ter nível de instrução maior que os homens. A pesquisa aponta ainda que, no DF, tanto no nível superior quanto no médio, a taxa de conclusão de curso é maior entre elas (veja tabela abaixo).

Tabela 1- Grau de instrução entre homens e mulheres do DF

Unidade da Federação - Distrito Federal		
Ano - 2019		
Variável - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)		
Nível de instrução	Sexo	
	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0
Sem instrução	3,0	3,0
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	19,7	18,0
Ensino fundamental completo ou equivalente	7,4	6,7
Ensino médio incompleto ou equivalente	8,3	6,4
Ensino médio completo ou equivalente	27,2	29,2
Ensino superior incompleto ou equivalente	7,9	8,0
Superior completo	26,6	28,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (2019)

2.2 A relação de empregabilidade das mulheres e o ensino superior

Os autores BRUSCHINI E LOMBARDI (1999, p.3), relatam que mesmo diante de tantas mudanças ocorridas ao longo dos anos, ainda está destinada às mulheres a ocupação apenas do trabalho doméstico. A narrativa do autor diz que o emprego doméstico é um dos maiores “guetos” femininos, na medida em que se trata de uma ocupação na qual mais de 90% dos trabalhadores são do sexo feminino.

Noutro contexto, a indicação dos autores citados acima é que apenas a partir da década de 60 as mulheres passaram a romper os padrões sociais que lhes eram imputados, bem como o casamento e a maternidade e ingressaram com maior constância às universidades. BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999, p. 22).

BELTRÃO e ALVES, (2009, p. 9), descrevem um outro dado importante ocorrido também nos anos 60, onde foi revogado o conceito de pátrio poder do Código Civil brasileiro, que dava poder ao marido sobre a mulher, bem como ampliado o acesso a meios contraceptivos, e com isso algumas mulheres “podiam planejar o tamanho da família, assim como a permanência na escola e a entrada no mercado de trabalho”.

Para PEREIRA, (2008, p.96), promover a continuação do protagonismo dessas conquistas e decisões, são pautas importantes da luta por direitos das mulheres para que consigam ocupar espaços acadêmicos, sociais e profissionais, sendo primordial a implementação de políticas públicas, que trata-se, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos. Ao analisarmos os papéis desempenhados pelos homens e mulheres em nossa sociedade, nota-se que geralmente ao homem é designado o papel de maior evidência e importância social do que às mulheres (TEIXEIRA, 2010).

Após décadas as mulheres de luta, neste momento, conseguem evidenciar mais a sua participação no mercado de trabalho em contrapartida de dificuldades e obstáculos em sua carreira, os conflitos em suas caminhadas desenvolveram-se a mulher contemporânea firme em sua autovalorização em busca da igualdade no ambiente profissional e remuneração. No panorama cultural do país as mulheres são tidas como o “sexo frágil”, emotivas, e outras características que menospreza a profissional. No ambiente corporativo constantemente as mulheres passam por período de gravidez, algo peculiar do gênero que ocasionalmente sofrem por parte dos empresários e colegas de trabalhos repreensão, pois a mulher é vista como despesa e que causará uma lacuna no quadro funcional da organização em algum período de tempo. Na visão da CLT homens e mulheres devem ser tratados com isonomia, ter direitos e deveres iguais, mas na prática esses termos são descumpridos (TEODORO et al, 2013).

É importante destacar, primeiramente, que as mulheres sempre desempenharam algum tipo de trabalho ao longo da história humana, não foi apenas na modernidade que elas foram inseridas no mundo do trabalho externo a seus lares. Segundo Nascimento (2014, p. 42): “Em diferentes épocas e sociedades, as mulheres vêm desenvolvendo algum tipo de trabalho”. Ainda de acordo com autor, a inclusão da mulher nesse processo produtivo, portanto, “[...] se dá em meio a ocupações de baixa capacidade técnica e atuação subalterna; normalmente, possíveis de serem conciliadas às atividades domésticas, o que expressa a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres”. (NASCIMENTO, 2014).

Em sua afirmativa, DAVIS (2016, p. 242) corrobora com a visão do autor supracitado, indicando que mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres foram obrigadas, em sua maioria, a assumir longas jornadas de trabalho

dentro e fora do lar. Segundo a avaliação do autor, “o preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. Com a expansão do sistema capitalista, e o crescimento do processo de industrialização mediante a implantação das fábricas, houve uma inserção obrigatória da presença feminina no chão de fábrica, forjando assim um novo ideal para a mulher mãe e dona de casa. Contudo, o autor reitera sua percepção quando diz que a exploração às quais eram submetidas era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens”. (DAVIS, 2016).

Trazendo os dados para a atualidade, vê-se em uma análise recente que a Agência de Notícias do IBGE, sobre Rendimento do trabalho, informa que: “Homens ganham quase 30% a mais que as mulheres em 2019”, com rendimento médio mensal 28,7%, considerando os ganhos de todos os trabalhos. Enquanto eles receberam R\$2.555 acima da média nacional (R\$2.308), elas ganharam R\$1.985. (IBGE, 2020, p. 1).

Outro dado relevante é em relação à sua participação em cargos de chefia em empresas e organizações. Por exemplo, apenas 5% e 10% dessas instituições são chefiadas por mulheres no Brasil, de acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. (BRASIL, 2017, p. 1). O que se pode inferir é que ainda permanece uma distinção de renda por sexo no Brasil, além de sua pouca participação em cargos superiores.

No que concerne à área profissional, ELIAS, (2021, p. 1) finaliza o parágrafo trazendo dados reais em relação às profissões consideradas no top 5, como carreiras mais bem pagas são: engenheiros e arquitetos, médicos e dentistas, advogados, economistas e empresários. Considerando essas carreiras, a participação feminina avançou: “[...] em 1970, as mulheres representavam apenas 11% dessa força de trabalho mais qualificada e, em, 2020, já eram 54%”.

2.3 Os desafios enfrentados pelas mães universitárias

BOURDIEU, (1999) destaca que a ordem social de gênero, que distingue homens e mulheres, objetos, lugares, atividades e valores masculinos e femininos, opera de forma que a subjetividade e a objetividade social se reforçam mutuamente. O conceito de gênero se refere à construção social, cultural e histórica das diferenças percebidas e nomeáveis entre os sexos, sendo as relações de gênero uma forma primária de relações de poder (SCOTT, 1999; LOURO, 2006). Porém, em contraponto

a BOURDIEU, (1999), LAURETIS, (1994) e CARVALHO, (2007) indicam que as representações de masculinidade e feminilidade vão além de identidades, comportamentos e sentimentos atribuídos e auto atribuídos por mulheres e homens e se estendem aos objetos, lugares e práticas materiais e simbólicas.

BOURDIEU, (1999) ainda afirma que a construção de gênero, imposta pelas instituições sociais, mas também assumida pelos sujeitos, é aprendida e incorporada como *habitus*⁴, e estrutura psicossomática. Daí a afirmação quando diz que há expresso monopólio masculino imposto às áreas de tecnologia.

Em dados publicados, URPIA E SAMPAIO (2009), constataram através de estudos realizados que ao longo do século XX, a presença das mulheres na etapa do ensino superior sofreu um aumento considerável e, este aumento perpassou ao século seguinte. Alavancando a partir desse período inúmeras pesquisas sobre gênero e educação. Ainda, de acordo com as autoras acima citadas, a mulher encontra-se em desvantagem na permanência na universidade, em razão de ser um grupo social com especificidades e que, portanto, necessitam de atenção especial por parte da instituição. Neste sentido podemos destacar a perpetuação e o fortalecimento das diferenças e desigualdades existentes em diversos contextos baseadas nas questões de gênero. (URPIA E SAMPAIO, 2009).

Os autores (AQUINO; ARAÚJO, SANTOS; TAVARES, 2006, 2009, 2007, 2008) constataram que a vida acadêmica tende a ser mais adequada ao tipo masculino, e essas disparidades são sentida e vivenciadas pelas próprias acadêmicas que também são mães no espaço da universidade, pois, há e a persistir a sensação de desigualdade de gênero.

BITENCOURT, (2011, p. 231) afirma que [...] Mulheres-mães possuem dificuldades pontuais em suas trajetórias na universidade, As acadêmicas, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade à dedicação do fazer acadêmico, pois elas necessitam de maior disponibilidade de tempo para atender a outras demandas como a família e muitas vezes não o tem.

No Brasil, a Lei Federal de nº. 6. 202, de 17 de abril de 19756 ampara a estudante gestante, propiciando o seu afastamento ainda durante a fase de gravidez, a qual garante o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto nº. 1.044,

⁴ Modo de ser de um indivíduo ligado a um grupo social, que se relaciona com a aparência física (roupa, atitude etc.).

de 21 de outubro de 1969. Esta legislação que protege as mulheres estudantes grávidas e no puerpério, existe há anos, porém em muitas das Instituições de Ensino Superior (IES), não há o seu cumprimento, deixando de assegurar os direitos das estudantes que se tornam mães (MENEZES et al., 2012).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: 6 LEI No 6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975.

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. 56 Art.

1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969. Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto. Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais. Art.

3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

De acordo com a observação de BITENCOURT (2017, p. 7), as universidades são expostas quando decidem publicar sobre a diversidade do público que atualmente é atendido por elas, pois revelam as desigualdades que as mulheres vivenciam a partir da dupla jornada a qual são submetidas. O autor ainda traz um questionamento: mesmo com a queda na taxa de fertilidade diagnosticada nas últimas décadas entre as brasileiras, ainda há mulheres que decidem pela maternidade, sendo essas as mais penalizadas quando decidem se qualificar.

DA SILVA, AGAPITO (2021, P. 27) demonstraram em sua pesquisa, os desafios de conciliar a maternidade e a vida acadêmica e apontam a necessidade de políticas de assistência estudantil destinadas a essas mulheres, e destacam que “é fundamental atentar para categorias estudantis, como a de estudante-mãe, que permanecem obscurecidas por políticas de assistência”.

As referidas autoras, DA SILVA, AGAPITO (2021) ainda complementam sua tese relatando que na passagem para o século XXI, a agenda de gênero foi incorporada no âmbito político brasileiro, incluindo diretrizes no campo das políticas públicas como combate à violência, saúde da mulher, geração de emprego e renda, educação etc.

E ainda, pertinente à educação, FARAH, (2004, p. 57), é abonado pelas autoras quando citam que a reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos devem ser inseridos como forma de garantia de acesso à educação, a fim de eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres.

3 METODOLOGIA

De acordo com MINAYO (2008, p. 14), a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. GOLDENBERG (2004, p. 14) informa que a metodologia consiste em um caminho possível para a pesquisa científica. Este caminho deve ser evidenciado, por meio da descrição dos procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa, incluindo, entre outros, aspectos como o tipo de pesquisa, universo de pesquisa, técnicas de coleta e análise de dados (GIL, 2002).

3.1 Classificação da pesquisa

MARCONI E LAKATOS (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Parafraseando a narrativa de VERGARA, (2010) e GIL, (2008) entende-se que a metodologia aplicada nesta pesquisa é definida como descritiva, pois, tem por objetivo principal expor as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis, buscando descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer correlações entre variáveis (VERGARA, 2010).

Amostragem empregada na pesquisa é não probabilística, pois, de acordo com SELTZ, (1975), e por meio da revisão de literatura, percebe-se que a amostragem não probabilística pode ser usada em pesquisas acadêmicas e pesquisas de mercado trazendo contribuições aos estudos nos quais ela é empregada, desde que seja utilizada em determinadas situações e suas limitações sejam consideradas. Ainda, corroborando com a fala do autor MATTAR, F. (1996), diz que a amostra probabilística é aquela em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra.

3.2 Participantes

Para que houvesse continuidade do estudo presente, foram selecionadas oito participantes distintas; mulheres, mães, com filhos menores de idade, puérperas, de baixa renda, moradoras do Distrito Federal, universitárias ou graduadas em instituições de ensino superior do DF.

A primeira participante tem 44 anos, é casada, possui graduação superior e atualmente está desempregada. É mãe de três filhos, com idades entre 10 e 25 anos, e tem renda familiar aproximada de 2.500 reais.

A segunda participante tem 33 anos, é solteira, possui nível superior incompleto, é mãe de um filho de 7 anos, e atualmente trabalha em um emprego informal e renda aproximada de 1.100 reais.

A terceira participante tem 24 anos, é casada, possui emprego formal, com renda familiar aproximada de 1.400 reais; é mãe de uma filha de 6 meses, e atualmente está com o processo de graduação trancado por causa do nascimento da filha.

A quarta participante tem 35 anos, é casada, possui emprego informal, e ganha aproximadamente cerca de 2.000 reais por mês; é mãe de um filho de 7 anos, e possui graduação superior incompleta.

A quinta participante tem 22 anos, é separada, mãe de um filho de 1 ano e 9 meses; é graduada em gestão pública e é proprietária de um pequeno salão de beleza. Sua renda mensal é de aproximadamente cerca de 2.500 reais.

A sexta participante tem 37 anos, é casada, é mãe de um filho de 12 anos, e possui graduação completa no nível superior. Atualmente está desempregada, e conta com uma renda familiar aproximada de 1.200 reais.

A sétima participante tem 27 anos, é solteira, mãe de duas filhas, sendo uma de 2 anos e a outra de 7 anos. Atualmente possui graduação completa no nível superior e ganha cerca de um salário mínimo (R\$ 1.212), mais complementos extras. (Valores não informados pela participante).

E por fim, a oitava e última participante tem 19 anos, está cursando o ensino superior, é mãe de dois filhos gêmeos e não possui emprego formal. De acordo com a participante, a renda familiar vem da venda de produtos diversos, que geram um valor aproximado de 2.800 reais.

3.4 Instrumento de Pesquisa

A elaboração deste trabalho utilizou como instrumento de pesquisa a composição de roteiro de entrevista estruturado e validado; composto por 12 itens subdivididos em dados sociodemográficos, sendo 05 itens relativos, e 07 relacionados ao tema da pesquisa. O roteiro temático (APÊNDICE A) abordou questões acerca das trajetórias acadêmicas dessas mulheres em relação às vivências da maternidade, permitindo-nos a identificação dos fatores e os desafios da vivência acadêmica ao longo de suas graduações.

De acordo com Flick (2012), as entrevistas apresentam distinções que são fundamentais, pois, constam de análises diretas dos fatos correntes, e a análises dos relatos sobre o que ocorreu, demonstrando assim, diferentes possibilidades nas formas de sua estruturação como: coletas de dados em questões previamente formuladas ou narrativas, e as observações que podem ser estruturadas ou abertas a participantes. O autor supracitado, corrobora com a visão de análise de Bardin (2016), que acredita na análise das conversações, procedimentos direcionados, e sistêmicos para o sucesso da pesquisa.

3.5 Procedimentos de coleta

Partindo da percepção crítica de Bardin (2011), o termo análise visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Ainda, de acordo com a autora, a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. (Bardin, 2011).

O procedimento utilizado para a coleta de dados desta pesquisa foi a entrevista estruturada, subdivididos em dois campos, sendo o primeiro sociodemográfico e o outro relacionado ao tema da pesquisa. As entrevistas foram realizadas especificamente com mulheres, mães, universitárias ou graduadas que residem ou moram na Capital Federal, e suas adjacências. O método está amparado pela narrativa de Manzini (1990), que indica que a entrevista semiestruturada é focada em um determinado assunto, com desenvolvimento de um roteiro específico voltado para o tema sugerido, acompanhado de outros questionamentos que possam enriquecer a didática da pesquisa.

O período de coleta foi de 6 a 11 de outubro de 2022, de forma presencial, e as entrevistas duraram entre 25 e 30 minutos. Foi permissionada pelas entrevistadas para que os dados das entrevistas fossem escritos e digitalizados, e posteriormente extintas se necessário. Nesta pesquisa foi aplicado o procedimento analítico da Análise de Conteúdo de Bardin.

A análise de conteúdo significa, segundo Bardin (2016), é um conjunto de técnicas de análise das conversações com o intuito de atingir, por intermédio de procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, podendo ser quantitativos ou não, os quais concedem a possibilidade de se fazer inferências sobre os entendimentos referentes às variáveis deduzidas destas mensagens.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Partindo da percepção crítica de Bardin (2011), o termo análise visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Ainda, de acordo com a autora, a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. (Bardin, 2011).

Em prosseguimento à pesquisa apresentada, os resultados seguintes foram obtidos da análise e transcrição do conteúdo das falas das participantes, que são; oito mulheres, mães universitárias ou graduadas em instituições de ensino superior do Distrito Federal, com faixa etária de 19 a 44 anos, mães universitárias que têm de 1 a 3 filhos. Os dados das entrevistas foram analisados de forma unificada, contendo as respostas de todos os participantes da pesquisa, tendo como objetivo responder o problema de pesquisa deste estudo. As tabelas apresentadas demonstram os dados de acordo com a orientação sugerida por Bardin (2016), conforme a análise de conteúdo, padronização e frequência das respostas dos entrevistados. Os itens a seguir foram subdivididos em: Maternidade versus Universidade, dificuldades enfrentadas durante o período de graduação, e êxito, pausa ou abandono da graduação.

4.1 Maternidade versus Universidade

A Tabela 2 refere-se às respostas das entrevistadas no que concerne ao seu ingresso na universidade enquanto mães, bem como a apresentação e análise dos dados referentes aos seus filhos respectivos.

Tabela 2 – Relacionada ao ingresso das mães nas universidades e filhos

Padrão de resposta	Frequência
Estudo em faculdade privada	7
Estudei em faculdade pública	1
Tenho um filho (a)	5
Tenho dois filhos (as)	2
Tenho três filhos (as)	1
Algumas vezes com o pai e outras com minha mãe	5
Algumas vezes com o pai deles e outras com minha mãe ou minha sogra	2
Deixava com uma vizinha que morava ao lado da minha casa	1

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De acordo com os dados revelados na Tabela 2, muitas dessas mães universitárias não dispõem de alguém específico que possa cuidar de seus filhos enquanto precisam se deslocar até a faculdade. Ao passo que na condição inversa, o homem teria e tem todo apoio matriarcal seja para trabalhar, estudar e/ou até mesmo se divertir. O pensamento da autora desta pesquisa se na narrativa de SANTANA; BENEVENTO (2013), quando diz que é frequente ver nas grandes mídias e nos espaços de convivências sociais, a ideia de que o papel das mulheres dentro de seus lares esteja diretamente vinculado à força emocional e educação de filhos. Não imputando a elas a possibilidade de crescimento através da educação. SCOTT (1999); LOURO (2006), ainda complementa essa fala quando dizem que o conceito de gênero se refere à construção social, cultural e histórica das diferenças percebidas e nomeadas entre os sexos, sendo as relações de gênero uma forma primária de relações de poder.

4.2 Dificuldades enfrentadas durante o período de graduação

A Tabela 3 e 4 referem-se às respostas das entrevistadas concernente às principais dificuldades enfrentadas por estas mães universitárias durante seu período de graduação. As dificuldades variam entre os cuidados com os filhos enquanto se

deslocam às suas respectivas instituições de ensino, à distância e o cansaço, até permear as questões financeiras.

Tabela 3 – As principais dificuldades enfrentadas pelas mães universitárias durante a graduação

Padrão de resposta	Frequência
A primeira era com quem deixar meu filho quando meu esposo estava trabalhando, e a segunda vencer o cansaço para conseguir assistir as aulas, pois quando eu entrei na faculdade eu trabalhava, estudava e cuidava de casa nos finais de semana	1
No meu caso a distância e a preocupação de com quem deixar meus filhos	1
A falta de condições financeiras e com quem deixar meu filho	1
No meu caso era com quem deixar meu filho	5

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Tabela 3 – As principais dificuldades enfrentadas para permanência dessas mães universitárias em instituições de ensino superior

Qual a sua maior dificuldade para permanecer na universidade?	
Padrão de resposta	Frequência
Minhas condições financeiras; às vezes faltava até dinheiro para lanche na faculdade.	1
Além dos problemas para conciliar o meu trabalho, com os estudos, era também com quem deixa meu filho	1
O cansaço mental e emocional	1
Questões financeiras. Ou comprava o material para estudar, ou as coisas de casa	2
Falta de apoio ou auxílio financeiro por parte da instituição	3

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nas Tabelas 3 e 4, podemos perceber as inúmeras dificuldades enfrentadas por estes estudantes. Em uma das falas das entrevistadas, “...**as vezes faltava até o dinheiro para lanche na faculdade**”, em outra situação a entrevistada relata que uma de suas maiores dificuldades durante a graduação era: “...**vencer o cansaço para conseguir assistir as aulas, pois quando eu entrei na faculdade eu trabalhava, estudava e cuidava de casa nos finais de semana**”. Nota-se que os problemas narrados por essas mães não são nem de longe percebido pela grande maioria das estudantes que possuem boas condições financeiras, não precisam enfrentar dupla jornada de trabalho e vida acadêmica, têm tempo adequado de estudo, não são mães que precisam se preocupar em com quem deixar seus filhos enquanto estão na faculdade e podem ingressar numa instituição de ensino superior imediatamente após o término do seu ensino médio. Na visão de BITENCOURT,

(2011, p. 231) Mulheres-mães possuem dificuldades pontuais em suas trajetórias na universidade, As acadêmicas, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade à dedicação do fazer acadêmico, pois elas necessitam de maior disponibilidade de tempo para atender a outras demandas como a família e muitas vezes não o tem.

Essa realidade torna-se ainda mais amplificada quando percebemos a participação das universidades no papel de amparo a este grupo específico; ou melhor, à falta dessa representatividade por parte das faculdades; uma vez que dentro dos resultados apresentados apenas uma instituição de graduação superior fornece amparo financeiro à essas mães-estudantes. BITENCOURT (2017, p. 7), em sua observação, relata que as universidades são expostas quando decidem publicar sobre a diversidade do público que atualmente é atendido por elas, pois revelam as desigualdades que as mulheres vivenciam a partir da dupla jornada a qual são submetidas. A URPIA E SAMPAIO (2009) expõem que essas jovens mães que vivenciam tais desafios precisam ser consideradas pela universidade, prevendo políticas de assistência aos estudantes em suas diferentes situações, como por exemplo, a creche universitária. Segundo SAMPAIO (2008), uma questão que as universidades precisam discutir, é procurar definir o alcance da assistência estudantil e inovar as políticas de ações afirmativas. A universidade deve possibilitar alternativas a elas como apoio, considerando que, a implantação de uma creche nas instituições de ensino ainda está bem distante da realidade. Talvez, repensar a grade curricular de forma a contemplar mais mães estudantes, flexibilizar o atendimento por parte dos professores e aplicação remota de conteúdo sejam medidas que possam contribuir com a vida acadêmica dessas mulheres.

4.3 Êxito, pausa ou abandono da graduação

Acompanhado da 5ª e última Tabela, também temos um gráfico abaixo, em que se refere à atual situação acadêmica de cada uma delas, é que foi produzido a partir dos dados compilados das participantes dessa pesquisa.

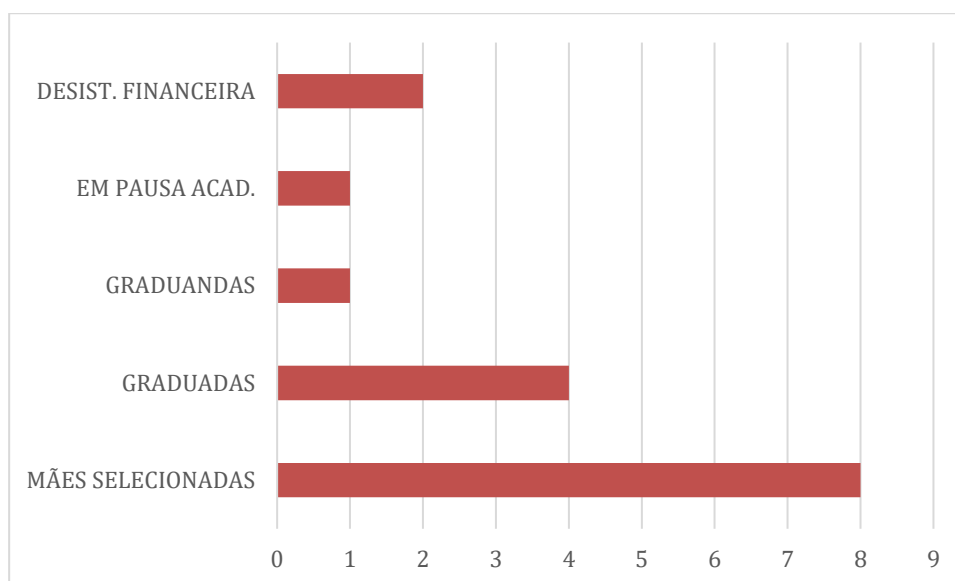
Tabela 5 – Atual situação acadêmica das participantes

Padrão de resposta	Frequência
Ainda não. Com o nascimento da minha filha, eu tive que trancar o curso para cuidar dela.	1

Bom, ainda estou estudando e não penso em desistir. Sei que meus filhos precisam de um futuro melhor e vou fazer isso por eles.	1
Não tive mais condições de pagar a mensalidade do curso	2
Sim, consegui com muito custo. Depois de engravidar, tive que mudar o curso para um tecnólogo de dois anos e me graduei.	2
Sim, consegui. Mas pensei em desistir muitas vezes	2

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Gráfico 1 Situação acadêmica atual das participantes



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Assim como a Tabela 5, o gráfico acima apresentado, demonstra que, referente à situação acadêmica das mães universitárias envolvidas na amostra dessa pesquisa, ou seja, oito estudantes, 50% delas conseguiram concluir a graduação superior, e apenas duas delas desistiram da vida acadêmica. Considerando as muitas dificuldades relatadas tanto pela base de dados da pesquisa aqui apresentada, quanto pela narrativa das entrevistadas, pode-se inferir que este é um percentual de sucesso, uma vez que, metade dessas mulheres conseguiram obter êxito no término da graduação universitária. Contudo, esse dado positivo não seria possível se não houvesse uma rede de apoio que amparasse essas estudantes, mães e universitárias. A URPIA E SAMPAIO (2009; 2008) contribuem positivamente quando afirmam no mesmo sentido que a família, as redes de amigos e a assistência estudantil são fatores importantes que viabilizam a permanência universitária das mães e estudantes no ambiente acadêmico.

5 CONCLUSÃO

Enfim. Ter oportunidade de realizar essa pesquisa foi, sem dúvidas, uma experiência extrema e grandiosa, pois, também sou mãe, estudante e prestes a concluir minha graduação superior. Se me perguntassem no início do meu curso se eu de fato acreditaria que pudesse chegar ao quinto termo dessa pesquisa, a conclusão, talvez a minha expectativa fosse pequena, porque na minha realidade, os contras eram muito maiores que as possibilidades. Mas, aqui estou, feliz e grata por poder apresentar como projeto final de pesquisa a vivência de cada uma dessas mulheres que são mães e estudantes. O estudo permitiu compreender em dados concatenados, a relação entre permanência desses estudantes na vida acadêmica, seu êxito na conclusão e até mesmo sua desistência da graduação superior por causas diversas.

Para a análise em questão, o problema de pesquisa sugerido foi saber, dentro da amostra apresentada, quantas mães universitárias e de baixa renda tiveram êxito na conclusão do ensino superior no DF? E como resposta a esta indagação, os resultados demonstraram que 50% das participantes conseguiram concluir a formação superior. E respondendo, por conseguinte, o objetivo geral proposto na pesquisa.

De forma específica, as questões a serem respondidas foram na tese apresentada foram; verificar os maiores desafios enfrentados pelas mães universitárias durante o período acadêmico, e analisar se houve uma rede de apoio à essas discentes para que pudessem ter um tempo de estudo adequado. E como retorno, a principal pauta mencionada foi em relação a preocupação desses estudantes em com quem deixaria seus filhos e filhas enquanto estivessem em suas respectivas instituições de ensino superior. Embora, que para algumas destas mães estudantes houvesse uma rede de apoio sustentável, ainda assim, o sossego e a tranquilidade para manter o foco apenas nos estudos não lhes eram garantidos.

Como hipótese levantada na pesquisa, optou-se por definir se a falta de recursos financeiros foi um fator determinante para o afastamento ou abandono da vida acadêmica por parte dessas estudantes. E com base nos dados e resultados obtidos pela pesquisa, essa hipótese foi rechaçada. Uma vez que, dentro da amostra que foi avaliada, de oito mulheres, apenas duas desistiram por falta de condições financeiras.

Os resultados obtidos neste trabalho, definem um novo olhar sobre a vivência da maternidade no contexto acadêmico, pois, mesmo em meio aos muitos desafios e

dificuldades enfrentadas por cada uma delas, desistir não é uma opção. Muitas dessas mães universitárias entendem que a educação e qualificação é a saída para o crescimento de sucesso delas e de seus rebentos.

Como agenda futura, sugere-se pesquisar o desenrolar da vida profissional dessas estudantes após concluir a graduação superior. Se de fato a qualificação neste nível acadêmico foi suficiente para sua ascensão pessoal e profissional no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2013, v. 51, n. 4 [Acessado 31 Agosto 2022], pp. 745-764. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>>. Epub 21 Mar 2014. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>.

BARDIN, Laurence. *Organização da análise. Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. *Economia e emprego. Mulheres ganham espaço no mercado de trabalho*, 2017. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/economia/mulheres-ganham-espaco-nomercado-de-trabalho>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. *A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações*. Mulher e Ocupação 1999.

BARRETO, Arnaldo Lyrio e Filgueiras, Carlos A. **L.Origens da Universidade Brasileira**. *Química Nova* [online]. 2007, v. 30, n. 7 [Acessado 25 Agosto 2022] , pp. 1780-1790. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>>. Epub 11 Dez 2007. ISSN 1678-7064. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BITENCOURT, S. M. Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado. Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Sociologia Política.

BITENCOURT, S. Maternidade e Universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092.

CARVALHO, M. E. P de. Uma agenda de pesquisa, formação humana e docente em gênero e educação. In: PIZZI, L. C. V. FUMES, N. de L. F. Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Ed. UFAL, 2007. p. 21-43.

Crowther, J. R. (1995). ELISA. Theory and practice. Totowa, New Jersey: Springer Science & Business Media.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf . Acesso em: 16 ago. 2022.

ELIAS, Juliana. Mulheres ganham 19% menos que homens: no topo, a diferença é de mais de 30%. CNN Brasil Business, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/02/mulheres-ganham-19-menos-quehomens-no-topo-diferenca-e-de-mais-de-30>. Acesso em: 31 ago. 2021.

FERREIRA, Edimara Maria, Teixeira, Karla Maria Damiano e Ferreira, Marco Aurelio Marques Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. Revista Katálysis [online]. 2022, v. 25, n. 2 [Acessado 25 Ago. 2022] , pp. 303-315. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84603>>. Epub 06 Maio 2022. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84603>.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2012. Language: Portuguese, Base de dados: Minha Biblioteca

GIL, Carlos, A.(1997) Metodologia de Ensino Superior. 3ª ed. São Paulo, Atlas.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. __. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Carlos, A.(2017) Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. São Paulo, Atlas, S/A.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. Homens ganham quase 30% a mais que as mulheres em 2019. Agência Notícias/IBGE, 2020. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-amais-que-as-mulheres-em-2019>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IDOETA, Paula Adamo (ed.). **Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego**: OCDE, disparidade de gênero na educação e a situação no mercado de trabalho. disparidade de gênero na educação e a situação no mercado de trabalho. 2019. Paula Adamo Idoeta, BBC News Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade. Presença Pedagógica, Maringá, v. 12, n.72, nov./dez. 2006

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. P. 132, 1996.

MANZINI, EDUARDO. A ENTREVISTA NA PESQUISA SOCIAL. DIDÁTICA, SÃO PAULO, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.MARILIA.UNESP.BR/HOME/INSTITUICAO/DOCENTES/EDUARDOMANZINI/ENTREVISTA NA PESQUISA SOCIAL.PDF](https://www.marilia.unesp.br/home/instituicao/docentes/eduardomanzini/entrevista_na_pesquisa_social.pdf). ACESSO EM: 10 OUT. 2022.

MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. Temporalis, Brasília – DF, ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014.

PAULA, M.F.C. FERNÁNDEZ LAMARRA, N. Reformas e democratização da educação superior na América Latina. (Orgs.). Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida (SP): Idéias & Letras, 2011, p.9-51.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

RUTKOSKI, Joslai Silva. A pedagogia de Paulo Freire: Uma proposta da educação para os Direitos Humanos. In: PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2006. v.1.

SANTANA, V.S. BENEVENTO, C.T. El concepto de género y sus representaciones sociales. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, enero. 2013.

SAMPAIO, Sonia Maria; URPIA, Ana Maria de Oliveira. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. Dossiê Educação – Rev. do CAHL, UFRB, Cachoeira, v. 2 Ano 3, n. 4, p. 26-43, 2009. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/issue/view/50/29> . Acesso em 16 ago. 2022.

SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 2008.

SELLTIZ, C. e outros. Métodos de pesquisa nas relações sociais."Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU. Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1999.

TEIXEIRA, D. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. São Paulo. Rev. direito GV, vol.6 no.1 Jan./June 2010.

TEODORO, Maria Cecília Máximo; SILVA, Lídia Marina de Souza. Gravidez no emprego: reflexões sobre a tendência global de proteção ao emprego e ao mercado de trabalho da mulher. NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; MAISAILIDIS, Mirta Gladys Lorena Manzo de; SILVA, Lucas Gonçalves da. Direito do trabalho I. Florianópolis: FUNJAB, p. 279-299, 2013. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2022

TORRES , Thaíse. Auxílio-creche para alunos da UnB com filho menor de quatro anos: Auxílio-creche para alunos da UnB. **UnB Notícias**, Site, p. 1, 15 set. 2022.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol. 3 (2) 2009.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M.C. Inclusão e governamentalidade. Revista Educação e Sociedade, vol. 28, n.º 100. Especial, out. 2007, p.947-963. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

QUAL A SUA IDADE E ESTADO CIVIL?
QUAL O SEU GRAU DE INSTRUÇÃO ATUAL?
COM QUEM MORA ATUALMENTE?

HOJE, QUAL A SUA RENDA APROXIMADA?
ESTÁ TRABALHANDO NO MOMENTO? POSSUI EMPREGO FORMAL OU
INFORMAL?

MATERNIDADE *VERSUS* UNIVERSIDADE

COM QUE IDADE INGRESSOU NA UNIVERSIDADE? E A INSTITUIÇÃO ERA
PÚBLICA OU PRIVADA?
E QUANDO INGRESSOU NA UNIVERSIDADE JÁ ERA MÃE?
QUANTOS FILHOS VOCÊ TEM, E QUAL A IDADE DO SEU FILHO (OS)?
ONDE OU COM QUEM DEIXA SEU FILHO (OS) ENQUANTO ESTÁ NA
UNIVERSIDADE?

DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE O PERÍODO DE GRADUAÇÃO

NA SUA PERCEPÇÃO, QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES QUE ENFRENTOU
QUANDO INGRESSOU NA UNIVERSIDADE?
QUAL A MAIOR DIFICULDADE PARA SUA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE?
NA UNIVERSIDADE VOCÊ FOI BENEFICIADA POR ALGUMA POLÍTICA DE
INCLUSÃO OU ACOLHIMENTO VOLTADA PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS?

ÊXITO, PAUSA OU ABANDONO DA GRADUAÇÃO

VOCÊ CONSEGUIU CONCLUIR A SUA GRADUAÇÃO? E SE NÃO CONSEGUIU,
QUAL FOI O MOTIVO?

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, pois sem Ele certamente eu não
teria conseguido. Foram muitas as vezes que eu precisei de forças para continuar.
Obrigada Senhor, de verdade!

Agradeço à minha família; meu esposo Daniel, meu filho Davi, meus pais,
José Ivaldo e Francisca e minha sogra, Hélia. Sem dúvidas não teria condições de
chegar até aqui sem a ajuda deles, ainda mais por ser mãe e universitária.

Agradeço também aos meus professores do curso, pela qualidade no ensino, pela paciência e parceria nesses quatro anos. À minha orientadora por aceitar conduzir o meu trabalho e pesquisa dentro do tema que eu sugeri.

Agradeço às minhas amigas e amigos de curso, o apoio de vocês me ajudou a chegar até aqui.

E um agradecimento todo especial ao Diretor Administrativo e Financeiro do UniCEUB, Dr. Geraldo Rabelo; que permitiu que eu terminasse a minha faculdade mesmo após o meu desligamento da instituição. Poder contar com seu apoio, empatia e gentileza nesse momento difícil foi mais que especial, não tenho como mensurar a minha gratidão. Muito obrigada Dr. Geraldo!